

FACULDADE DE CIÊNCIAS DE LISBOA  
Primeiro Centenário da Fundação da Escola Politécnica de Lisboa  
1837-1937

---

XII

# ESCOLA POLITÉCNICA DE LISBOA

A 10.<sup>A</sup> CADEIRA E OS SEUS PROFESSORES  
(ECONOMIA POLÍTICA, PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E COMERCIAL)

PELO

PROFESSOR DOUTOR ARNALDO CARDOSO RESSANO GARCIA



LISBOA  
1 9 3 7

RC  
MNCT  
378  
GAR



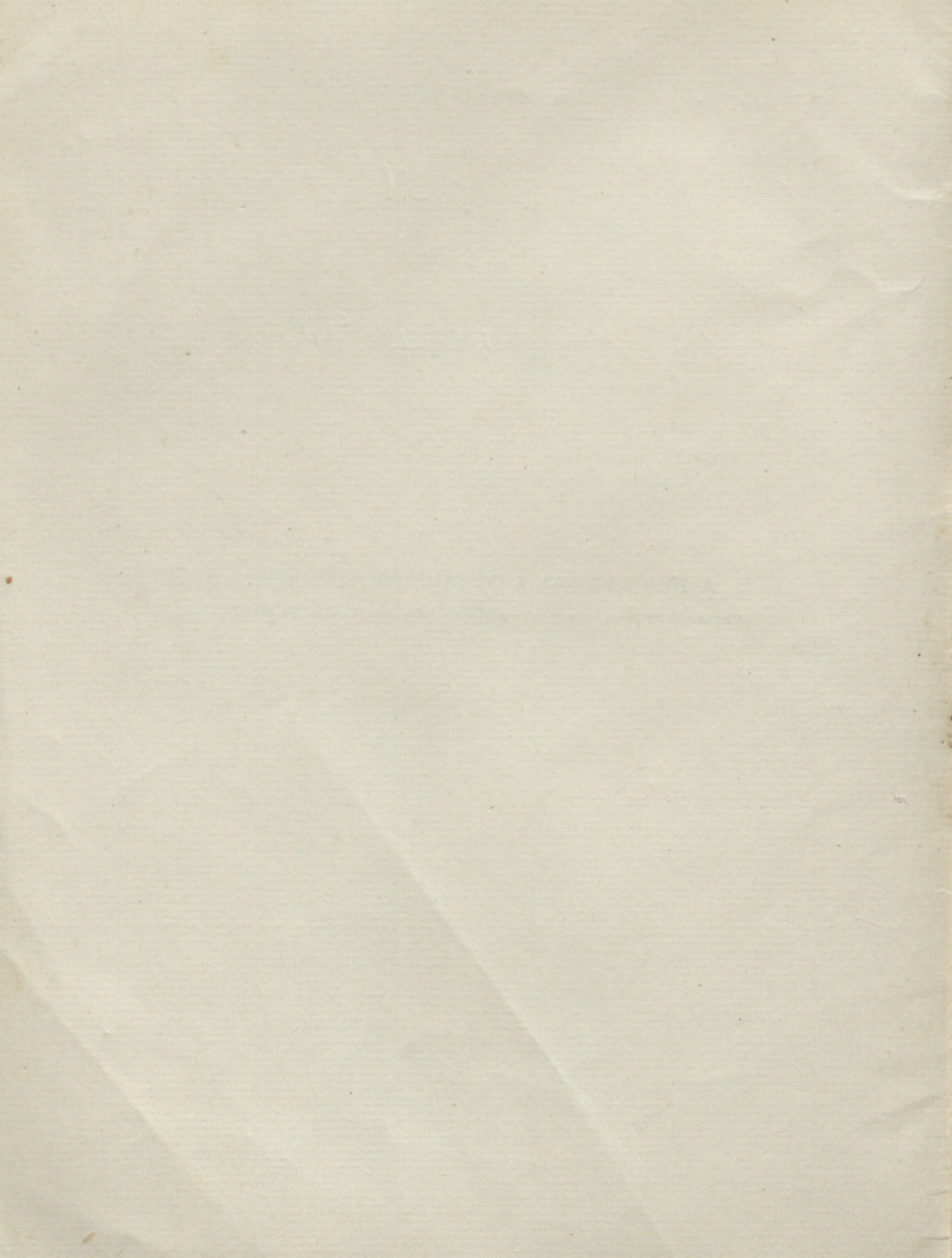
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL  
MUSEU NACIONAL DA CIÊNCIA  
E DA TÉCNICA

1851

Est. 6 Tab. 7 N.º 92

**A 10.ª CADEIRA E OS SEUS PROFESSORES**

(Economia Política, princípios de Direito Administrativo e Comercial)



**FACULDADE DE CIÊNCIAS DE LISBOA**  
Primeiro Centenário da Fundação da Escola Politécnica de Lisboa  
1837-1937

---

---

XII

# A ESCOLA POLITÉCNICA DE LISBOA

**A 10.<sup>A</sup> CADEIRA E OS SEUS PROFESSORES**  
(ECONOMIA POLÍTICA, PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E COMERCIAL)

PELO

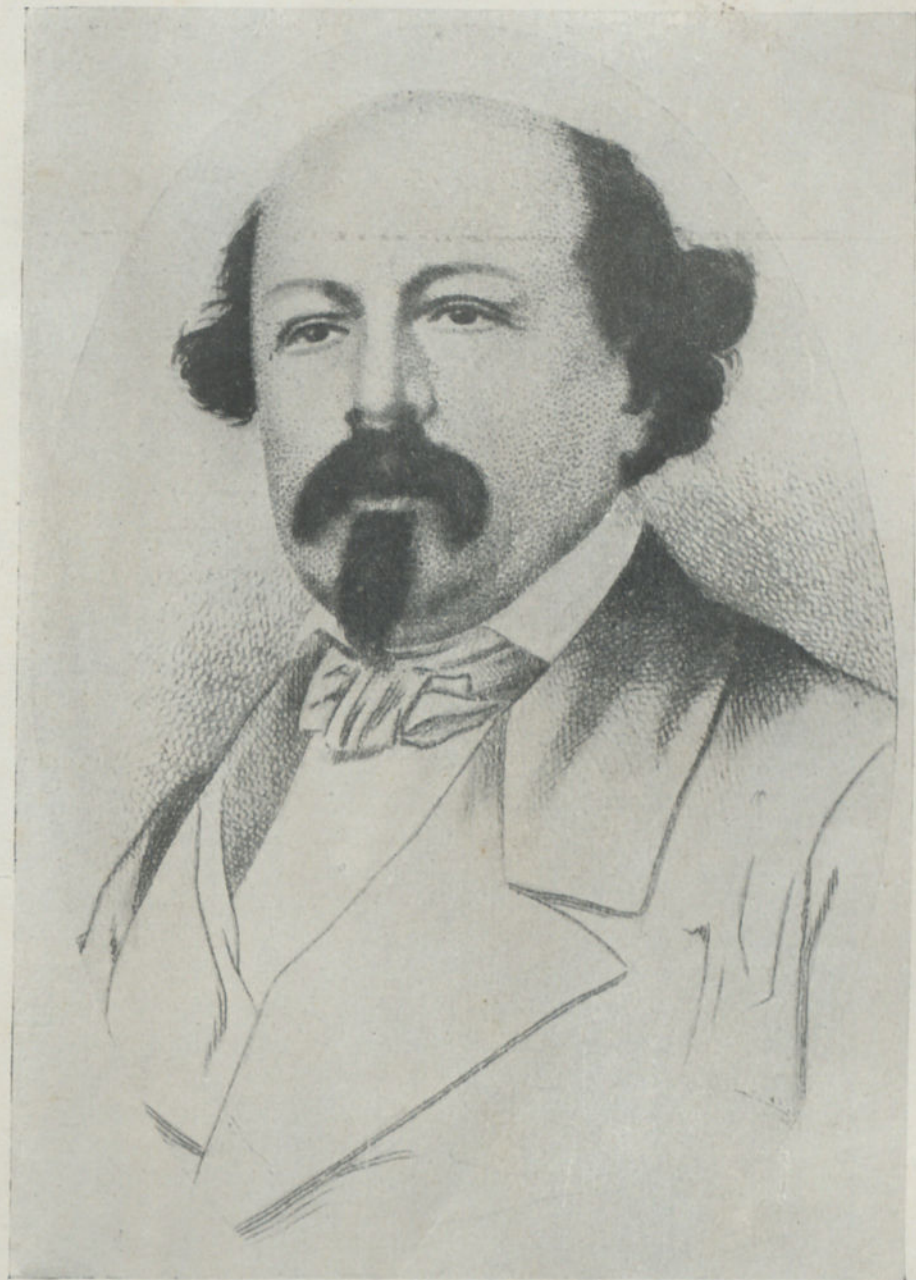
PROFESSOR DR. ARNALDO CARDOSO RESSANO GARCIA



RC  
MACEF  
378  
GAR

LISBOA  
1 9 3 7





*Dr. José Estêvão Coelho de Magalhães*  
1809-1862

Oficial de Artilharia. Bacharel em Direito. Tribuno





# ESCOLA POLITÉCNICA DE LISBOA

## A 10.<sup>a</sup> CADEIRA E OS SEUS PROFESSORES

(ECONOMIA POLÍTICA, PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E COMERCIAL)

O programa da 10.<sup>a</sup> cadeira da Escola Politécnica, desde a sua fundação, que se conservou quási inalterável, nas suas linhas gerais.

Constou sempre de três partes, em harmonia com a rúbrica das disciplinas que nela eram professadas: *na primeira estudavam-se as teorias da produção, distribuição e consumo das riquezas; na segunda, os princípios de Direito Administrativo e na terceira, os princípios de Direito Comercial.*

As pequenas alterações que se lhe introduziram, na grande maioria filhas da evolução política e social do país, incidiram sempre apenas sôbre detalhes dêste programa. Não as enumeramos porque a sua descrição tornar-se-hia fastidiosa.

### DR. JOSÉ ESTÉVÃO COELHO DE MAGALHÃES

A 10.<sup>a</sup> Cadeira, Economia Política, da Escola Politécnica, coube a subida honra de ter por seu primeiro professor, o grande tribuno, Dr. José Estêvão Coelho de Magalhães, verdadeira glória nacional, príncipe dos oradores e um dos espíritos mais brilhantes e elevados que têm florescido na terra portuguesa.

À sua biografia é um rosário de rasgos sublimes, de bravura, de carácter, génio e patriotismo, como se pode depreender no breve resumo que dela passamos a dar:

Filho dum notável médico, Dr. Luiz Cipriano Coelho de Magalhães, que também foi um grande orador, e de sua mulher, D. Clara Miquelina de Azevedo Leitão, nasceu em Aveiro a 26 de Novembro de 1809.

Fez os seus primeiros estudos com o prof. Custódio José Baptista, aprendeu Latim com o prof. José Lucas da Silveira, Lógica com o prof. Francisco Inácio de Mendonça e Rectórica com o padre Manuel Xavier, poeta e prègador notável.

Em 1825 matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde a sua grande intelligência logo lhe granjeou um grande ascendente sôbre os seus colegas. Estava já quási no fim do seu terceiro ano, em 1828, quando se deu o golpe de estado de D. Miguel.

Os estudantes de Coimbra eram, na sua maioria, profundamente liberais e resolveram, por êste motivo, fazer frente às suas tropas, organizando entre si um Batalhão Académico, a exemplo do que se formara, quando das invasões francesas.

José Estêvão assentou praça nêle, como voluntário, em Maio de 1828, onde obteve o posto de Cabo de Esquadra. Era então muito jovem, tendo apenas 19 anos.

Investido das suas funções militares, o moço estudante vai a Aveiro, sua terra natal, onde com o seu espirito liberal e o seu verbo vibrante, conseguiu revolucionar todo o Distrito.

As tropas miguelistas, porém, dominavam já todo o país e fácil lhes foi sufocar esta nobre tentativa.

José Estêvão e os seus companheiros de armas, viram-se forçados a emigrar para a Galisa, e embarcando em Ferrol para Inglaterra, conservaram-se no Depósito de Plymouth, durante os primeiros tempos do absolutismo em Portugal.

Dali José Estêvão partiu, em 14 de Fevereiro de 1829, para a Ilha Terceira, onde desembarcou com os restantes libertadores.

Em 23 de Junho, dêste mesmo ano, passou à Nova Compa-

nhia, organizada por ordem da Junta Provisória, e tomou parte nas conquistas das ilhas do Arquipélago dos Açores.

Em seguida, embarcou para a Metrópole com o exército de D. Pedro, aportando no Mindelo, em 8 de Julho de 1832.

Tomou parte em todos os combates em que tanto se distinguiu a Legião Académica.

No cerco do Pôrto e principalmente na defesa da Serra do Pilar, nos ataques de 13 e 14 de Outubro, José Estêvão, portou-se com tal bravura, que foi condecorado com o hábito de Cavaleiro da Torre e Espada. Foi promovido a 2.º tenente do Estado Maior de Artilharia em 4 de Abril de 1833, ordem do dia de 8 do mesmo mês, e logo, na acção de 25 de Maio se assinalou com tal heroicidade no reduto celebrizado com o nome de «Flecha da Morte», que recebeu, novamente o grau de cavaleiro da Torre e Espada.

Como, porém, esta distinção já lhe havia anteriormente sido conferida, foi então elevado a Oficial da mesma ordem.

Nos últimos tempos da campanha, José Estêvão, encontrava-se entre as fôrças, que, às ordens de Saldanha, continuaram a luta contra o miguelismo e terminada a guerra foi colocado no 2.º Regimento de Artilharia, em 24 de Julho de 1834, Ordem do Dia de 25 do mesmo mês.

Quem recebera tão perfeito e completo baptismo de fogo, pois fizera tôdas as campanhas contra o usurpador desde a sua primeira praça até à Convenção de Évora Monte, não podia jamais abandonar a carreira das armas.

E assim aconteceu, pois prosseguiu na sua carreira militar ao mesmo tempo que completava a sua formatura na Faculdade, interrompida por todos estes acontecimentos.

E nesta conformidade, passou para a terceira secção do Exército, pelo Decreto n.º 4 e Ordem do Dia de 15 de Maio de 1835, para poder freqüentar os estudos em Coimbra, onde rápida e brilhantemente concluiu o seu curso no curto espaço de um ano. Conseguiu isto, aproveitando o perdão de acto que, por lei lhe fôra concedido para o seu 3.º ano interrompido, matriculando-se seguidamente no 4.º ano de leis que freqüentou no ano de 1835-1836, obtendo as melhores classificações nos exames desse ano na forma dos Esta-

tutos, em 25 de Junho, para logo em 8 de Novembro, com uma preparação apenas de dois meses, se apresentar brilhantemente no exame final do seu 5.º ano de leis e acto de formatura.

Entretanto na vida militar, passava da 3.ª secção, novamente para o 2.º Regimento de Artilharia, como 2.º Tenente do activo, por Decreto de 15 de Abril de 1836 e Ordem do Dia de 24. Em 24 de Julho do mesmo ano foi promovido a 1.º Tenente do activo, ficando no mesmo Regimento.

Entusiasta democrata, acolheu com aplauso a Revolução de Setembro de 1836 e logo que se convocaram as Côrtes Constituintes, apresentou a sua candidatura por Aveiro.

Sendo eleito, tomou assento em 1837, no Congresso, onde figurando oradores como Almeida Garrett, Manuel Soares dos Passos e Rodrigo da Fonseca Magalhães, os ultrapassou a todos com a sua eloquência, cheia de fantasia e de grandes rasgos.

No seu primeiro e magnífico discurso proferido em 5 de Abril, fez a sua profissão de fé às ideas progressistas que queria ver afirmadas na Constituição que se estava discutindo.

E 1 de Julho dêsse ano, passou para o 3.º Regimento de Artilharia que se acabava de organizar, por Ordem do Exército de 31 de Maio, do mesmo ano.

No parlamento, em 1838, foi o forte e ardente defensor da Constituição democrática e da Restauração da Carta, onde o seu génio arrebatado, profundo e gigantesco dominava e entusiasmava todos quantos o escutavam.

Não se contentando, porém, apenas com a tribuna do parlamento para propagar as suas idéas, fundou, nêsse mesmo ano, o jornal *O Tempo*, cujo primeiro número foi publicado em 29 de Janeiro de 1838 e onde escreveu notáveis artigos.

Em 30 de Junho dêsse ano, achando-se aberto o concurso para o provimento do lugar de lente da 10.ª Cadeira, Economia Política, Direito Administrativo e Comercial, da Escola Politécnica, apresentou o seu requerimento.

Êste requerimento ainda se conserva hoje nos Arquivos da Faculdade, e é interessante ler e meditar sôbre o despacho que lhe foi lançado em 5 de Julho e que é, textualmente, do teor seguinte:

«O Conselho da Escola não achou o candidato com as qualificações necessárias para ser admitido a concurso. (a) J. Costa».

José Estêvão, formado com brilho no seu curso de Direito, 1.º Tenente de Artilharia, com uma fôlha de serviços notabilíssima, cavaleiro e oficial da Tôrre e Espada por actos de extraordinário heroísmo, orador sublime, maravilha de intelligência e de carácter, a quem, principalmente, o país devia uma Constituição pela qual os seus cidadãos haviam conquistado direitos e liberdade, que jamais haviam obtido, *não possuia as qualificações necessárias!*

Como êste, muitos foram sempre os ódios inferiores que a gigantesca figura de José Estêvão erguia em sua volta.

Indiferente, porém, à pequenês dos outros, êle cada vez se erguia mais alto na tribuna, assombrando os seus inimigos, com a elevação dos seus discursos, tais como o que proferiu em 6 de Fevereiro de 1839 e a resposta fulminante que deu em 13 de Fevereiro de 1840 ao, também, célebre discurso de Garrett, intitulado o Pôrto Pireu. Estes dois discursos são dos poucos que êle deixou impressos.

No princípio do ano de 1840, attribuindo-se, à influêcia dos estadistas inglêses, a formação dum ministério anti-liberal, escreveu uma célebre e pungentíssima sátira no *Atleta* do Pôrto, sendo transcrita no *Lança*, que então se começava a publicar em Lisboa.

Por decreto de 3 de Abril de 1840, publicado na Ordem do Exército n.º 17, de 15 do mesmo mês, passou a 1.º Tenente do Estado Maior de Artilharia.

Em 22 de Junho dêsse ano saiu o primeiro número do jornal *A Revolução de Setembro*, por êle criado e redigido.

Não se tendo submetido à decisão do Conselho da Escola Politécnica que o excluira do concurso para professor da 10.ª Cadeira, Economia Política, conseguiu ser admitido, tendo por competidor José Maria Engênio de Almeida, sendo tão brilhantes as suas provas que foi nêle aprovado por mérito absoluto e relativo e, por Portaria do Ministério da Guerra, de 17 de Julho de 1840, publicada na Ordem do Exército n.º 32, de 23 do mesmo mês e aprovada por Sua Majestade a Rainha a Consulta do Conselho da Escola, foi

promovido a lente daquela cadeira, ficando a propriedade dependente de ulterior decisão, conforme a lei.

No desempenho d'êste lugar começou as suas notáveis prelecções na Escola em 1 de Novembro de 1840, retardando um pouco a abertura da sua aula em virtude do seu estado de saúde o obrigar ao uso das Águas das Caldas e banhos do mar na Praia da Nazaré.

Foi promovido a capitão em 26 de Novembro de 1840.

Por Decreto de 5 de Agosto de 1842, Ordem do Exército n.º 37, foi nomeado, definitivamente, lente proprietário da sua cadeira na Escola.

A sua palavra era, nas lições, o enlêvo dos seus alunos.

Após o falecimento de José Estêvão, o seu discípulo, José Horta, publicou no *Arquivo Pitoresco*, em 1862, uma das notáveis lições do illustre professor que versava sôbre a *emigração*, coligida de apontamentos tirados durante as suas prelecções.

Depois de levado a cabo a Restauração da Carta, em 1842, José Estêvão continuou no jornal *Revolução de Setembro* combatendo o governo Cabralista, mostrando-se também vigoroso na Câmara, onde entrou como representante de Lisboa, em virtude d'êste ministério, inimigo de todos os liberais, lhe ter estragado a sua eleição por Aveiro.

De 1843 existem, também impressos, dois notáveis discursos seus: o que produziu, como advogado, na defesa do jornal realista *Portugal Velho*, acusado de abuso de liberdade de imprensa, e o que realizou ao ser eleito membro do Conservatório de Lisboa: «*Elogio de José Pinto Basto*».

Em 4 de Fevereiro de 1844, como continuasse a presidir aos destinos da Nação, o governo Cabralista e em virtude d'êste ter faltado ao cumprimento da sua promessa, feita em 1842, de reunir Côrtes Constitucionais para a reforma da Carta, o Capitão de Artilharia, José Estêvão, conjuntamente com o Coronel de Cavalaria, António César de Vasconcelos, revolucionaram o Regimento de Cavalaria 4, de Tôrres Vedras. Marcharam para Castelo Branco onde se lhes juntou o Regimento de Infantaria 12, entrincheirando-se em Almeida, sob o comando do General Conde de Bonfim. Resistiram du-

rante dois meses, tendo por fim que capitular por a revolução não encontrar eco no país.

Comandava as forças suas adversas o General Conde de Fonte Nova, que foi, durante tôda a vida de José Estêvão, um dos seus maiores inimigos.

Em Abril dêsse ano, depois dum sem número de actos de bravura, actividade e carácter na Provincia de Trás-os-Montes, foi por êste motivo, novamente, compelido a emigrar para o estrangeiro, onde se conservou dois anos, findos os quais, em virtude de ter rebentado a Revolta do Minho, em Junho de 1846 e de ser progressista o ministério que se formara José Estêvão, voltou à Pátria, desembarcando em Lisboa.

Pouco depois, os seus reaccionários inimigos, deram o golpe de Estado de 6 de Outubro, prendendo no Pôrto o Duque da Terceira, suspendendo os jornais e proclamando o Govêrno da Junta, o que levou José Estêvão a voltar aos campos da batalha, combatendo nas guerrilhas que, então, se levantaram no Alentejo, até que depois da Batalha do Alto do Viso, o govêrno Cabralista os conseguiu vencer lançando mão da intervenção estrangeira.

Desde 1842 que, em virtude da Guerra Civil, José Estêvão se conservara afastado da Escola Politénica até que em 1847, sendo abrangido pela amnistia em virtude das providências gerais adoptadas por Sua Magestade para pacificação do país, êle se apresentou no dia 9 de Junho dêsse ano no Quartel General da 1.<sup>a</sup> Divisão Militar, recebendo guia para a Escola Politénica, onde deu entrada no dia 20 do mesmo mês, ficando restabelecido no quadro desta escola.

O govêrno Cabralista não poupava, porém, o genial e indomável tribuno, não só impedindo que o brilho da sua admirável palavra ecoasse na Câmara, determinando por lei a sua proscricção do Parlamento, como sugueando-o a tôda a casta de intrigas malevolentes.

Desde 8 de Junho de 1844 que se encontrava em serviço na Escola Politénica, como lente substituto da cadeira de Economia Política, o Dr. Luiz de Almeida e Albuquerque. Nestas circunstâncias

fôra êste professor quem substituíra José Estêvão na regência da cadeira durante o seu exílio.

Como novamente o tinha de substituir, agora, em 1847, nas forçadas ausências a que se via obrigado a-fim-de não ser preso; logo os seus inimigos encontraram forma de o procurar ferir aproveitando a nomeação do referido professor para Secretário Geral do Govêrno Civil de Braga, levada a efeito pela Portaria de 13 de Novembro de 1847, conseguindo que lhe fôsse dada ordem expressa de partir com tôda a brevidade para tomar posse dêste cargo. Assim ficaria a descoberto o grande tribuno e o prejudicariam nos seus interêsses científicos, morais e materiais.

Para maior acinte obtiveram que se saltasse, nesta ordem, por cima do Conselho da Escola Politécnica e do seu Director, enviando-se a guia de marcha, directamente, ao Dr. Albuquerque.

Porém, como veremos mais tarde, devido à nobresa e lealdade de camaradagem, tanto do Conselho da Escola e do seu Director, como do próprio professor Dr. Almeida e Albuquerque, que a par dum integro carácter era também um sincero liberal, conseguiu-se inutilizar esta maldade, de que não surtiu o desejado efeito.

Em 1848 com as noticias da Revolução francesa de Fevereiro, redobraram as preocupações do govêrno e inventou-se a infame «*Conspiração das víboras*», para servir de pretexto para enclausurar no Limoeiro os vultos mais proeminentes do Liberalismo.

José Estêvão, graças aos seus muitos amigos, conseguiu evitar esta prisão, escondendo-se no país. O govêrno, porém, procurou-o por tôda a parte; chegando a dizer-se que tinha pôsto a sua cabeça a prémio por dois contos de réis.

Novamente José Estêvão ou, segundo constava, se homisiara para Espanha ou os seus amigos conseguiram esconder tão bem o seu paradeiro em Portugal, que nunca os esbirros do Govêrno lhe conseguiram deitar a mão.

Nesta emergência, o seu lugar de professor da Escola Politécnica tornou-se, outra vez, a ratoeira que o Govêrno lhe preparava para o liquidar, exigindo a sua presença nas aulas de Economia Política.



É interessantíssimo observar no Arquivo da Faculdade a série de atestados médicos, sempre legalmente em regra que apareceram nesta época, misteriosamente, na Secretaria da Escola, em seguida a cada investida dos Poderes Públicos por intermédio do Ministério da Guerra. Eram os médicos mais distintos do país, que passavam êsses atestados, frisando todos, que José Estêvão sofria de hepatite crónica e aguda que lhe exigia absoluto repouso, o que era dolorosamente verdade.

Para se fazer idea desta luta contra José Estêvão que, diga-se de passagem, foi sempre nobremente coberto pelos seus colegas da Escola Politécnica, passamos a mencionar, seguidamente, em ordem cronológica, a série dêsses atestados médicos, intercalados pela ofensiva dos officios do Quartel General da Divisão e do Ministério da Guerra, assim como as respostas, que a estes ataques, foram dadas com tôda a nobreza e camaradagem pelo Director da Escola:

O primeiro dêstes atestados tem a data de 20 de Junho de 1848 e é assinado pelo Dr. Joaquim José Rodrigues da Câmara; o 2.º é de Agôsto e assinado pelo Dr. Inácio Quintino de Avelar. Seguem-se dois officios da Divisão assinados pelo General Visconde da Fonte Nova, um de 4 e outro de 21 de Agôsto, inquirindo se José Estêvão já se apresentara da sua doença e no caso contrário pedindo a informação do domicilio onde se encontrava. Nobremente o Director da Escola respondeu em officio de 21 do mesmo mês, declarando simplesmente que José Estêvão não tinha dado as suas últimas aulas daquele ano em virtude da doença legalmente comprovada. Entre a data dêstes três officios aparece outro do Ministério da Guerra de 18 do mesmo mês, que por constar que José Estêvão não fôra assíduo nos últimos dias do ano lectivo que findara e que não assistira aos seus exames, pedia informações sôbre o motivo das faltas. O Director da Escola, em officio de 23, respondeu que José Estêvão regeira regularmente a sua aula durante todo o ano lectivo, e se não comparacera nos seus últimos dias, nem nos exames finais, isso fôra devido ao seu estado de doença, legalmente comprovada. Em 1 de Setembro, novo atestado de doença passado pelo Dr. Q. de Avelar. em 8 do mesmo mês, outro officio da Divisão, assinado pelo Visconde de Fonte Nova, insistindo no seu ataque. Respondeu-lhe

na mesma data o Director da Escola, de forma análogamente nobre à que dera anteriormente. Atestados médicos de 3 e 20 de Outubro, 1 de Novembro e 2 de Dezembro de 1848, 3 de Janeiro, 1 de Fevereiro, 1 de Março, 4 de Abril, 2 de Maio, e 5 de Junho de 1849, passados todos pelo Dr. Quintino de Avelar, excepto um que é do Dr. Rodrigues da Câmara.

Como os Poderes Públicos o continuassem procurando, José Estêvão resolveu descobrir o seu paradeiro e, neste sentido, officiou, em 23 de Junho de 1849, ao Director da Escola, declarando que os seus incómodos de saúde continuavam a estorvar a sua apresentação em pessoa, pelo que pedia, para que a aceitasse por aquele officio, para todos os efeitos. Declarava também que em virtude dos seus padecimentos se encontrava naquele momento em Palma na residência particular de El-Rei D. Fernando!

Em face dos ataques que o Ministério da Guerra e a Divisão lhe haviam feito, pondo em dúvida a veracidade das suas doenças, requereu em 10 de Julho de 1849 para ser inspeccionado pela Junta Militar de Saúde. Junto a este requerimento um novo atestado médico passado, na mesma data, pelo Dr. Quintino de Avelar, que declarava padecer José Estêvão de hepatite crónica com repetidas exarcebações, com estragos e padecimentos gastro-hepáticos

A Junta Militar, em sua sessão de 19 de Julho, inspeccionou-o e confirmou a doença de que infelizmente padecia, concedendo-lhe 60 dias de licença para se tratar com «ares pátrios» (Aveiro). E foi o seu terrível inimigo, General Visconde da Fonte Nova, quem, dominado pela verdade e legalidade, se viu obrigado a assinar a respectiva guia; tendo que repetir essa assinatura em 19 de Setembro numa prorrogação de 30 dias, dessa licença.

Nêste mesmo ano José Estêvão escreveu um notável folheto: «*Quatro palavras em resposta às duas do Sr. José Victorino Barret Feio à Revolução de Setembro*».

Regeu as suas aulas na Escola Politécnica durante todo o anno lectivo 1849-1850, a-fim de permitir que o seu colega, lente substituto da mesma cadeira, Dr. Almeida e Albuquerque, pudesse frequentar durante êsse mesmo anno as academias de Paris.

Em Março de 1851 foi eleito membro da Junta Administrativa da Escola.

Com a revolução de 1851, reapareceu José Estêvão no Parlamento, onde se conservou até ao final da sua vida. Foi um dos que admirou mais francamente a Regeneração, proferindo nêsse sentido um famoso discurso. Auxiliou o Ministério do Duque de Saldanha, pronunciando nessa altura uma das suas mais belas e patrióticas peças oratórias, acêrca da questão «Charles et George» em que o país fôra afrontado pela Inglaterra.

Os ataques da sua pertinaz doença iam-se porém, sucedendo mais freqüentemente, quebrando-lhe, por vezes, a extraordinária energia.

Em 20 de Fevereiro de 1858 foi promovido a Major do efectivo.

Em 1859 subiu ao poder o partido Regenerador, mas José Estêvão, esplendor dêsse partido, não foi convidado para Ministro.

Foi promovido a Tenente-Coronel em 20 de Dezembro de 1859.

Em 1860 tendo caído o Ministério da Regeneração, esfriaram as suas relações com o seu partido, em virtude de não ter sido prèviamente avisado desta queda.

Em 1861 completamente desiludido com os seus antigos correlegionários, começa a pensar na formação dum novo partido. Por êste motivo vendeu a propriedade da *Revolução de Setembro* e dirigiu, em 15 de Abril, aos seus eleitores, uma carta em que expôs os seus novos planos.

Defendendo estas ideas, apareceu então o jornal *A Liberdade*, em 26 de Junho do mesmo ano e em que muito escreveu José Estêvão.

Desde 16 de Novembro até 12 de Janeiro de 1862 a doença implacável reteve-o em Aveiro, sendo no final atacado de reumatismo nas extremidades.

Em 1862 a-pesar-de doente conservou-se no Parlamento e em virtude da questão das Irmãs de Caridade, abandonou, publicamente o partido Regenerador e apoiou o partido Progressista-histórico que, presidido pelo seu amigo Marquês de Loulé, e consubs-tanciando as suas ideas, estava disposto a não consentir que as Irmãs de Caridade francesas se viessem emiscuir no ensino dos por-

tugueses. Proferiu nessa altura um dos seus mais brilhantes discursos, sendo a última vez que falou e apareceu na Câmara.

Tratava o Marquês de Loulé, recompondo o Ministério a que presidia, de levar, José Estêvão, a aceitar a pasta do Reino, quando exacerbando-se os seus padecimentos, em 3 de Novembro de 1862 foi ferido súbitamente pela morte em pleno vigor da sua vida e talento, com 53 anos incompletos.

Nunca fôra Ministro!

A sua morte causou a mais profunda impressão no país.

No dia 5 do mesmo mês a Câmara dos Dignos Pares nomeou uma deputação para o funeral. Fontes Pereira de Melo fez um eloqüente discurso na Câmara electiva, lembrando a perda do ilustre ornamento da Tribuna Portuguesa.

O seu entêrro foi uma manifestação imponente de saúde, sendo acompanhado por dezenas de milhares de pessoas, a pé, até ao Cemitério dos Prazeres.

Deixou viúva, sua esposa D. Rita de Miranda Magalhães, com quem casara havia pouco e que deixou grávida dum filho varão de quem El-Rei D. Luiz quis ser padrinho, e que mais tarde, também muito se distinguiu pela sua inteligência, o Dr. Luiz de Magalhães.

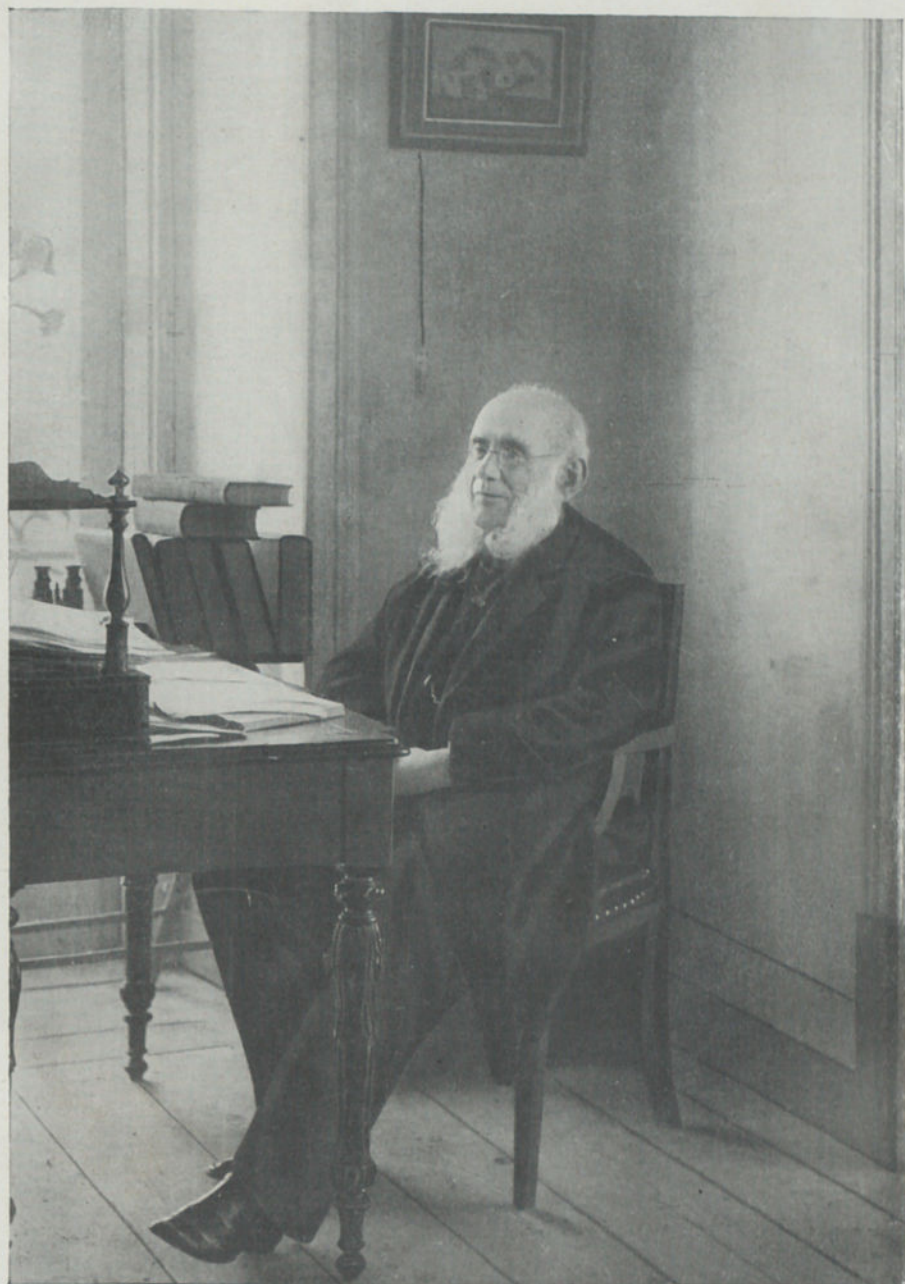
Foi resolvido que a Câmara mandasse lavrar em mármore o seu busto para ser colocado na Biblioteca do Corpo Legislativo.

Além dêste busto, e por proposta de Casal Ribeiro, abriu-se logo uma subscrição nacional para se lhe erguer uma estátua. O monumento fez-se e foi colocado no largo das Côrtes, enfrentando a casa onde tantas vezes fulgurara o seu grande talento, sendo a sua inauguração realizada em 4 de Maio de 1878.

Em Aveiro, — seu berço natal; por onde êle fôra, quasi sempre, eleito deputado; onde passara tôdas as suas férias, e que era o refúgio amigo das suas amarguras físicas e morais — também se lhe ergueu outro monumento.

Os seus restos mortais foram para ali trasladados em Maio de 1864, onde ficaram em jazigo particular.

Em Agôsto de 1864 foi ofertada à Escola Politécnica, a espada de José Estêvão, onde ficou, como penhor do homem insigne que



*Dr. Luiz de Almeida e Albuquerque*  
1819-1906

Bacharel em Direito, Jornalista



esta escola tanto se honrou de contar entre os seus mais ilustres membros.

Em 1878 apareceram em Aveiro, coligidos, alguns dos seus melhores discursos.

Em 26 de Dezembro de 1909 foi descerrada uma lápide comemorativa, colocada na fachada do prédio n.º 121 da Rua Formosa, onde falecera essa glória nacional, cidadão benemérito, heróico militar, sublime orador, grande advogado e magnifico professor, que sustentando sempre os princípios e ideas liberais ou defendendo a honra da pátria ultrajada por nações mais poderosas, ganhou os direitos à immortalidade.

A beneficência e a caridade tiveram, em José Estêvão, também um cultor. Foi êle quem fundou o Asilo de S. João e onde logo recolheu 20 crianças abandonadas.

Era sócio da Real Academia das Ciências de Lisboa.

## DR. LUIZ DE ALMEIDA E ALBUQUERQUE

Foi como lente da Cadeira de Economia Política um professor distintíssimo, um verdadeiro mestre, e durante largos anos exerceu o lugar de Director da Escola Politécnica, cercado da estima e respeito de todos os seus colegas e alunos, a que lhe dava jus a sua integridade de carácter, o seu zêlo e dedicação à Escola e a firmeza e justiça com que sabia resolver todos os assuntos.

Jornalista dos mais notáveis; Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra — Conselheiro de Estado — Foi também Lente e Director do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa; vereador e presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Director da Administração Geral das Alfândegas; Vogal do Conselho da Instrução Industrial e Commercial; Vogal do Conselho Superior do Comércio e Indústria; Secretário Geral do Governo Civil de Lisboa; Presidente do Conselho Fiscal da Companhia das Águas; sendo, além de tudo isto, e sempre, um prestimoso cidadão.

Oriundo duma illustre família, nasceu na vila de Serpa, distrito de Beja, em 2 de Junho de 1819, sendo filho de Bento Vieira

de Almeida e Albuquerque e de sua mulher D. Ana Justina de Moura Furtado (1), e portanto neto materno do notável General Moura Furtado, que tão brilhante nome deixou no exército português, e foi um dos implantadores da Liberdade em Portugal.

Criança ainda, assistiu às inclemências das lutas constitucionais o que, certamente, muito contribuiu para lhe afinar o carácter e desenvolver a inquebrantável firmeza com que sempre defendeu a justiça e a liberdade.

Concluiu com distinção o curso de Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, em 21 de Junho de 1843.

Encontrando-se sem regência oficial, desde 1842, a cadeira de Economia Política da Escola Politécnica, em virtude do seu lente proprietário, Dr. José Estêvão Coelho de Magalhães, por motivo de perseguições políticas se encontrar desde aquela data homisiado fora do país, o Conselho da Escola abriu concurso para o lugar vago de lente substituto da mesma cadeira. As provas dêste concurso apresentaram-se, além do moço bacharel, Luiz de Almeida e Albuquerque, mais quatro candidatos de valor: João José Pereira Palha Faria de Lacerda, Miguel Carlos Morais e Sá, Sebastião José Ribeiro de Sá, e Sebastião Luiz da Silva Faria.

As provas de Albuquerque foram, porém, tão brilhantes que o Conselho o propôs para professor, sendo nomeado lente substituto da referida cadeira por Portaria de 8 de Junho de 1844, ficando a propriedade dependente de nova consulta.

Manifestou logo o jovem professor uma elevada competência no desempenho do seu lugar que tanto honrou, pois que tendo logo que assumir sòzinho a direcção e regência completa da sua cadeira, se houve sempre de forma a ser admirado e muito respeitado, tor-

---

(1) Luiz de Albuquerque teve mais três irmãos:

Eduardo, que faleceu prematuramente;

D. Cristina, dama muito ilustre pela sua inteligência e carácter, e que foi mãe de outras duas senhoras que também muito brilharam na nossa Sociedade: D. Maria do Carmo e D. Maria Amália Vaz de Carvalho;

Caetano, Vice-Almirante, Governador Geral de Angola e da Índia, Director Geral da Marinha e Governador Civil de Lisboa,



nando-se em tudo, até na pureza dos seus princípios, absolutamente digno dêsse gigante que substituíra: José Estêvão.

Como jornalista também a sua acção começou logo a ser notável, redigindo *O Português*, de Joaquim Filipe de Sousa. O corpo redactorial era composto por Albuquerque e Sant'Ana de Vasconcelos. Este jornal defendia as ideas que eram então conhecidas por «*Liberais teóricas*».

Como veremos, foi este lema «Liberal teórico», talvez o que melhor se cuadonou com todos os actos da sua vida, pois observa-se que amou intensamente a liberdade por ela própria, por ser uma idea nobre, afastando sistematicamente de si tudo quanto representasse interesse ou politica, regeitando honrarias, comendas, cadeiras de deputado e pastas de Ministro.

Em 1 de Julho de 1846 foi feita a consulta pelo Conselho da Escola, propondo que fôsse promovido definitivamente a lente substituto da mesma cadeira, sendo por essa razão nomeado por Portaria de 14 do mesmo mês.

Neste mesmo ano escreveu alguns magníficos artigos na *Ilustração*.

Tendo-se apresentado a 20 de Junho de 1847 na Escola Politécnica, o prof. José Estêvão, por ser abrangido numa amnistia geral, o prof. Albuquerque afastou-se da regência efectiva da sua cadeira. Este afastamento, porém não durou muito tempo, por José Estêvão ter novamente que abandonar a sua aula por ser obrigado a esconder-se em virtude das tremendas perseguições politicas de que os cabralistas o cercavam.

Sabedor desta situação, como já dissemos atrás, os seus inimigos resolveram afastar precipitadamente de Lisboa o prof. Albuquerque, a-fim-de forçar a Escola Politécnica a tomar uma resolução com respeito às ausências do prof. José Estêvão, e neste sentido aproveitaram o Decreto, assinado pela Rainha, em 13 de Novembro de 1847, em que atendendo ao merecimento e mais partes que concorriam na pessoa do bacharel Luiz de Almeida e Albuquerque, o nomeava para secretário Geral do Govêrno Civil de Braga. E em lugar de seguir as vias competentes e dar desta decisão conhecimento ao Director da Escola, com receio que este se in-

terpuzesse, conseguiram saltar por cima d'êles, enviando em 15 do mesmo mês, ao prof. Almeida e Albuquerque, uma cópia do aludido Decreto, com uma ordem directa da Rainha, prevenindo-o de que tinha de partir com a maior brevidade possível para tomar posse do dito cargo, não obstante a falta do respectivo título, que oportunamente lhe seria expedido.

Só no dia seguinte, 16 de Novembro, o Ministério da Guerra escreveu um officio, comunicando ao Director da Escola aquella nomeação, frisando que esta tinha que se manter, sem prejuizo do lugar do interessado, nem da sua antiguidade e vencimentos, tendo êle que partir sem demora para aquella cidade. Mesmo esta tardia comunicação foi retida algum tempo, na sua expedição, a-fim-de dar lugar a que o prof. Albuquerque partisse para Braga, antes dela chegar às mãos do Director da Escola.

Porém, como o prof. Albuquerque, nobilíssimo carácter, era completamente alheio a êstes manejos, logo em 16 de Novembro, isto é, no mesmo dia em que recebera a mencionada ordem, e antes de tomar qualquer resolução, officiou, perplexo, ao Director da sua Escola, avisando-o da ordem recebida e pedindo para lhe determinar o que julgasse conveniente.

Como é de calcular, êste officio foi recebido pelo Director da Escola ainda antes de lhe ter sido entregue a respectiva comunicação do Ministério da Guerra, atrás indicada.

O Director da Escola, estranhando os factos, escreveu immediatamente e no mesmo dia 16, ao Ministério da Guerra, um longo, notável e mui digno officio, ponderando junto de Sua Majestade quanto resultaria grave prejuizo para a Escola que o professor Albuquerque, ou qualquer outro lente, fôsse distraído do seu emprêgo para ser colocado em serviços alheios à Escola, pois que sendo o pessoal do magistério muito restrito, os lentes e substitutos eram apenas os suficientes para que nenhuma cadeira deixasse de funcionar regularmente; e tanto assim que a própria cadeira de Economia Política não poderia ter funcionado naquele ano lectivo, se não estivesse presente o lente substituto visado, o prof. Albuquerque, porque o lente proprietário, por motivo de falta da saúde, ainda não tinha podido apresentar-se. Terminava por declarar que a

estabelecer-se o princípio de afastar os lentes dos seus serviços, não tardaria a Escola a entrar em franca desorganização.

Este officio seguiu imediatamente o seu destino. Tanto, que em 17 de Novembro, isto é, no dia seguinte, o Ministério da Guerra respondeu num officio assinado pelo Barão de Almofalla — outro inimigo declarado de José Estêvão.

Este, porém, fôra inhábil, desmascarando completamente o jôgo dos seus inimigos, pois que se apressava a lembrar ao Director da Escola, como solução do assunto, o facto de se encontrar na capital(!) o lente proprietário da cadeira, e portanto êste ser obrigado a régê-la ou a resolver a sua situação.

Perante êste conflito, Albuquerque que foi sempre bondoso e resignado, viu-se compelido a partir para Braga, por delicadeza para com o Ministro de então, Melo e Carvalho, seu amigo particular.

Tomou esta decisão apenas para não deixar mal colocado o seu amigo, pois passados apenas oito dias, retirava de Braga e apresentava oficialmente a sua demissão, alegando que naquele distrito, o ambiente era retintamente Cabralista e portanto a sua forma íntima de pensar produziria certamente atritos.

Por estas circunstâncias o Govêrno viu-se obrigado a declarar em Decreto de 3 de Janeiro de 1848, sem efeito o debatido Decreto de 13 de Novembro.

O prof. Albuquerque pôde assim continuar a substituir o proprietário da Cadeira durante as suas perseguições e doenças.

Êste professor fez, nêsse ano, parte da redacção do jornal *O Lusitano*, nêle publicando belos artigos.

Em 1849 foi um dos colaboradores literários do jornal *O Farol*.

Nêste mesmo ano assinou, com mais 60 liberais, um protesto contra a chamada «lei das rôlhas», do Conde de Tomar, tendente a sufocar a liberdade de escrever e pensar. Assinaram-na entre outros: Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Bulhão Pato, Barbosa du Bocage e Francisco Palha.

Em 17 de Outubro de 1853 fundou o *Jornal do Comércio* de que mais tarde foi director e proprietário e onde tanto se distinguiu.

Como é de calcular, o prof. Albuquerque, a-pesar-de substituto, era quem tinha regido, quási constantemente, a 10.<sup>a</sup> Cadeira

da Escola Politécnica em consequência dos freqüentes impedimentos do seu proprietário, José Estêvão; e tinha-se prestado sempre a êste serviço extraordinário com grande dedicação e inteligência. Nestas circunstâncias considerava-se com direito a uma compensação a que há muito aspirava e que consistia em completar os estudos da sua especialidade nas academias estrangeiras. Assim, no final do ano lectivo de 1849, tendo-se assegurado, pelas tréguas políticas, que o seu colega, proprietário da cadeira, prof. José Estêvão, poderia assumir a regência da Economia Política durante todo o ano lectivo seguinte e desejando aperfeiçoar-se nos Institutos de França nas matérias da sua competência e principalmente no estudo da Estatística, Finanças e Administração, em 17 de Agôsto de 1849 requereu ao Ministério da Guerra, permissão para com êsse objectivo ir a França por um ano.

Êste requerimento foi acompanhado por um parecer do Director da Escola, feito em 4 de Outubro seguinte, muito honroso para o requerente. Por êle se vê que a França era, então, considerada o país que maiores ensinamentos dava ao mundo sôbre tôdas as ciências, e tanto que já outros professores da Escola ali haviam ido com grande aproveitamento. Acrescentava que a sua ausência de um ano nenhum prejuizo produzia à Escola, em virtude do professor proprietário se ter comprometido a reger a sua cadeira, durante êsse intervalo.

Ao prof. Albuquerque foi concedida a licença que tão justamente ambicionava e partiu em comissão a França, onde se demorou um ano, e, conforme, os próprios dizeres do parecer do Director da Escola, vencendo os seus ordenados, além duma gratificação mensal e ajuda de custo para a viagem de ida e volta com decência e dignidade.

Percorreu a França e freqüentou as Academias da sua especialidade em Paris. Nesta cidade visitou o seu colega, Engenheiro Pezerat, ilustre professor de Desenho da Escola Politécnica, testemunhando à sua volta a Portugal, as condições precárias de saúde em que o encontrara.

Em 1851 entrou para a redacção do *Pais*, onde foi assíduo e notável colaborador.

Por decreto de 19 de Maio d'êste mêsmo ano foi nomeado secretário geral do Govêrno Civil do Distrito de Lisboa, onde se conservou até 1856. Era Governador Civil o seu amigo Conde de Sobral que o indicou como merecedor de ser galardoado com uma comenda. Sabedor desta intenção, Albuquerque, que tinha horror à ostentação, redigiu logo um requerimento, desistindo da mercê.

Em Maio de 1853 foi nomeado Bibliotecário da Escola Politécnica, no impedimento do lente substituto Joaquim Henriques Fradesso da Silveira. Conservando-se interinamente nêste cargo até que tendo êste mesmo professor pedido a demissão de Bibliotecário, o Conselho propôs ao Ministério da Guerra, em 23 de Janeiro de 1864, a nomeação definitiva do professor Albuquerque para êsse lugar.

Parece que o Ministério da Guerra, nêste tempo, era muito demorado nas suas decisões, tanto que o Conselho da Escola teve que renovar aquela proposta, sucessivamente em seus officios de 5 de Agôsto e 29 de Outubro do mesmo ano, sem lograr resposta.

Em Dezembro dêsse ano foi eleito vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

Finalmente no ano seguinte, 1855, o Ministério da Guerra respondeu às anteriores propostas do Conselho da Escola e por Portaria de 29 de Janeiro dêsse ano foi nomeado Bibliotecário, tomando posse em 3 de Fevereiro.

Encontrando-se no exercício das funções de deputado da Nação, o lente da Cadeira de Economia e Legislação Industrial do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, António de Oliveira Marreca, foi nomeado o prof. Albuquerque, interinamente, para reger aquella cadeira, por Portaria de 22 de Novembro de 1858. Devemos frizar que o Dr. Almeida e Albuquerque já tinha exercido interinamente êste lugar, logo depois de ter sido criado o Instituto por José Victorino Damásio.

Passado tempo, Oliveira Marreca que já se encontrava, gravemente doente quando fôra substituído, faleceu. Ficando vaga a sua cadeira, foi logo proposto o Dr. Almeida e Albuquerque, para a preencher.

Albuquerque, porém, não aceitou a sua nomeação nestas condições, pelo que se teve de abrir concurso ao qual êle então se apresentou conjuntamente, com Rodrigues de Freitas.

Prestadas as provas, o júri escolheu para professor o Dr. Almeida e Albuquerque, o qual foi mais tarde também eleito Director dêsse estabelecimento de ensino.

Em 1859 foi reeleito vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

Tendo falecido o prof. José Estêvão foi proposto pelo Conselho da Escola para lente proprietário, em 10 de Novembro de 1862.

Em 7 de Novembro de 1868 foi nomeado, com Henrique de Macedo (Conde de Macedo), Pereira Coutinho e Henrique Carlos Midosi, para fazerem parte do júri de exames dos candidatos às cadeiras das disciplinas administrativas e económicas, criadas pelo Decreto de 16 de Dezembro de 1867 em execução do artigo 9.º da lei de 27 de Junho de 1866.

Como vereador da Câmara Municipal de Lisboa, na sua sessão de 12 de Fevereiro de 1869 conseguiu autorização para se ajardinar o Largo das Pedras, hoje conhecido por Praça Rio de Janeiro. Poucos meses depois foi inaugurado êste jardim com o nome de Largo da Patriarcal, em 25 de Junho, que mais tarde foi alterado para Praça do Príncipe Real.

Foi em 13 de Outubro de 1874 que o prof. Almeida e Albuquerque assumiu, pela primeira vez, o lugar de Director da Escola Politécnica que êle tanto illustrou. Foi eleito Director interinamente, em virtude de se encontrar doente o prof. F. A. P. da Costa, que exercia êsse cargo, e por ser o prof. Albuquerque o lente, em effectivo serviço, mais antigo da Escola.

Em 1881 abandonou as lides da imprensa, abdicando da propriedade e direcção do seu querido *Jornal do Comércio*, cuja sede era portas meias com a sua casa de habitação na Rua Belver.

Em 1887 pediu a exoneração do seu lugar de professor e Director do Instituto Industrial, sendo depois nomeado vogal do Conselho da Instrução Industrial e Comercial.

Tendo falecido em 15 de Fevereiro de 1890, o Director da Escola, em exercicio, o prof. Dr. João de Andrade Côrvo, foi o prof. Al-

buquerque, quem, em conformidade com a lei, assumiu aquele cargo, em 16 do mesmo mês, em virtude do lente proprietário mais antigo acima dêle, o prof. Dr. José Latino Coelho, haver declarado, não o poder exercer por motivo do seu mau estado de saúde.

Nêsse ano lectivo, 1890-1891, a-fim-de melhor se poder dedicar à Direcção da Escola, foi dispensado de reger a sua cadeira.

Nêste mesmo ano voltou a ser eleito vereador da Câmara Municipal.

A sua acção como Director da Escola Politécnica, tornou-se tão inteligente, perfeita, equilibrada e zelosa que em 30 de Julho de 1894 prefazendo 50 anos que entrara para o Corpo Docente da Escola, numa comovente e sincera homenagem foi-lhe oferecido, como penhor de admiração e estima, um artistico tinteiro de prata, cinzelado na casa Leitão, pelos seus colegas na Escola, cujos nomes figuravam gravados num artistico estojo pela seguinte ordem: A. de Serpa Pimentel (1849), Barbosa du Bocage (1849), A. J. da Cunha (1856), Mota Pegado (1856), Conde de Ficalho (1861), Pina Vidal (1862), Mariano de Carvalho (1863), Conde de Macedo (1863), Vasconcelos Gusmão (1867), Schiappa Monteiro (1873), Morais de Almeida (1878), Patrocínio da Costa (1878), Mattoso dos Santos (1880), Eduardo Burnay (1883), Costa Lima (1884), Ferreira Roquette (1887), Baltazar Osório (1891), e Pereira Coutinho (1891).

Albuquerque ignorava a captivante surprêsa, e os seus colegas conhecendo quanto êle era avêso a cerimónias espectaculosas, usaram de um meio enternecedoramente capcioso para conseguir a sua presença na Escola, mandando-lhe dizer que havia alunos a examinar e só com êle se completaria o júri.

À sua chegada à Escola, o prof. Augusto José da Cunha, leu-lhe uma pequena, simples mas sentida mensagem que prèviamente fôra escrita e convenientemente assinada por todos, em pergaminho.

Os anos de 1895 e 1897 decorreu-os muito abalado de saúde a ponto de não poder comparecer na Escola, sendo testemunho enternecedor do respeito e carinho que todos os seus colegas lhe votavam, a forma sinceramente sentida como constantemente foram exarados os votos pelas suas melhoras nas actas do Conselho.

Em 1904, completando 60 anos, como lente da Escola Politécnica, uma comissão constituída pelos professores Augusto José da Cunha, Pina Vidal e Morais de Almeida que representavam todos os seus colegas, e pelo secretário Pereira Machado que representava o restante pessoal da Escola, foi em 31 de Julho dêsse ano a sua casa, em S. João do Estoril, entregar-lhe duas mensagens datadas de 8 de Junho, e assinadas, uma por todos os professores, e a outra por todos os empregados superiores da secretaria, biblioteca, observatórios meteorológico e astronómico, laboratórios de física e química, museus de zologia e mineralogia, escriturários, contínuos e serventes.

Em ambas as mensagens era significada a respeitosa e elevada estima que professavam ao seu venerando Director, e a profunda admiração que tinham pela sua elevada competência de professor e pela sua integridade de carácter.

Quási tôda a imprensa da capital acompanhou em dias sucessivos esta justissima homenagem com artigos dos melhores jornalistas sôbre o mestre querido de todos. Destacamos entre êles o que foi publicado no *Século* em 29 de Agosto e da autoria do célebre poeta Bulhão Pato. Nêle era pôsto em relêvo as superiores qualidades literárias de Albuquerque, conhecedor profundo da sua língua, conversador extraordinário, homem de espírito scintilante, com saídas imprevistas, réplicas picantes, anécdotas soberbas e espontâneas. Cultivador brilhante dum género absolutamente original, só dêle, e a que Bulhão Pato, chama «*a mansidão do epigrama*» com que sabia varar o mais terrível adversário e vencer as peores situações. Conhecia o mundo e em vez de se revoltar, sorria bondoso das misérias mesquinhas e fazia rir os outros porque tinha uma profunda, comunicativa e desafectada graça.

Em 1905 a sua forte compleição venceu, mais uma vez, a doença que o espreitava e o Conselho, congratulando-se pelas suas melhoras, lançou na acta da sua sessão de 26 de Junho, um voto de profunda satisfação.

Em 3 de Março de 1906 faleceu êste prestimoso e venerado português, rodeado do respeito e saudade de todos os que o serviram ou que com êle privaram.



Professor notável, jornalista distinto e dos mais liberais, homem de vastíssima erudição, mas modesto e desprendido de ambições e vaidades, escondendo-se a exibições e manifestações durante a sua vida, recebeu, depois de morto, o preito das mais justas homenagens.

Por sua morte houve, por assim dizer, luto académico.

Os estudantes da sua Escola, mandaram rezar em 10 de Maio de 1906, uma missa na Igreja do Rato, sufragando a alma do seu saudoso Director e Presidente Honorário da sua Tuna.

A estas manifestações de saudade se associaram tôdas as escolas do país militares e civis, Universidades e Liceus.

Em Maio de 1907 o Conselho da Escola Politécnica promoveu uma subscrição entre todo o corpo Docente da Escola, a-fim-de mandar executar em bronze, um busto do seu chorado Director. Foi encarregado de o executar o grande mestre da estatuária portuguesa, António da Costa Mota (tio), que realizou uma verdadeira obra prima. Os professores que entraram nessa subscrição foram: Bucage, Conde de Macedo, Augusto José da Cunha, Pina Vidal, Costa Lima, Pedro José da Cunha, Morais de Almeida, Aquiles Machado, Francisco Ferreira Roquete, Fernando Mattoso dos Santos, Pereira Coutinho, Vasconcelos Gusmão, Eduardo Burnay, Santos Lucas, Cabral Teixeira de Morais, J. A. Almeida Lima, Tomaz Cabreira, Baltazar Osório, Rui Teles Palhinha, Schiappa Monteiro, D. João de Macedo, F. A. Loureiro e Vasconcelos, E. J. dos Santos Andréa, Inocência Camacho e o secretário António Joaquim Pereira Machado.

O busto foi entregue à Escola, solenemente, em 28 de Dezembro dêsse ano e ainda se encontra, e se pode admirar, na Secretaria da actual Faculdade de Ciências.

Em 8 de Fevereiro de 1909 foi por generosa iniciativa de sua filha D. Luísa de Almeida e Albuquerque, em homenagem à memória de seu Pai, instituído o prémio anual de 40\$00 escudos para ser conferido ao aluno mais distinto da Cadeira de Economia Política da Escola Politécnica e outro também anual de 22\$00 escudos destinado ao aluno mais distinto de igual cadeira do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

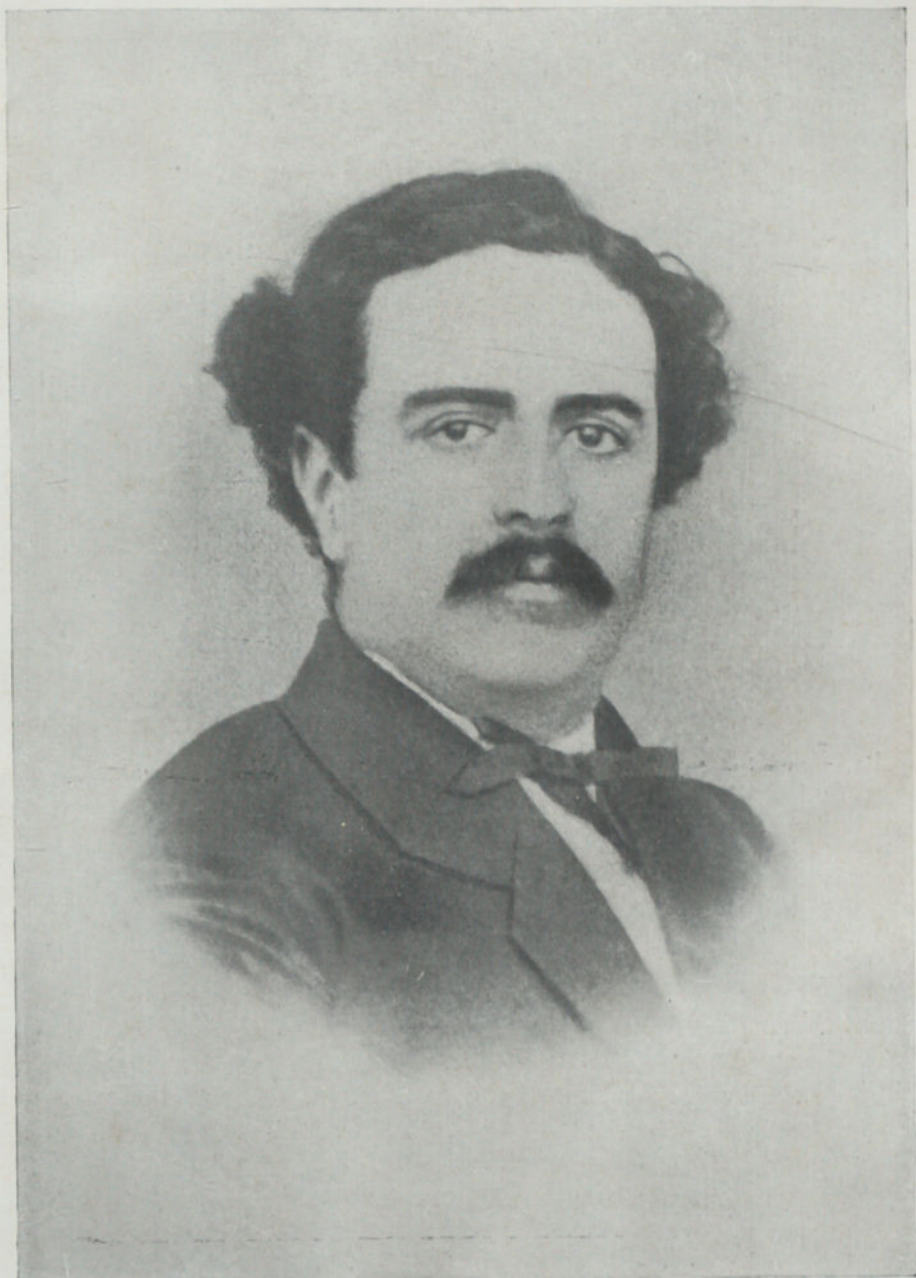
Em 7 de Março de 1919 o Conselho da Faculdade, ponderando a circunstância de passar no dia 2 de Junho seguinte, o centenário do nascimento do Dr. Luiz de Almeida e Albuquerque, antigo Director e professor da Escola Politécnica, ornamento distinto do professorado superior, importante cidadão, e atendendo a que a êle se devia, quando vereador da Câmara Municipal de Lisboa, em 1869, o ajardinamento da actual Praça Rio de Janeiro, tomou a iniciativa de propor à sua Comissão Administrativa a colocação, no dito jardim, dum busto dêsse professor de forma a ser inaugurado na data acima indicada.

Igual officio foi feito pelo Instituto Industrial e Commercial.

A Câmara Municipal na sua sessão de 26 de Junho dêsse ano em virtude de ter passado o centenário do nascimento do professor Almeida e Albuquerque, por proposta do vereador Alberto Vidal resolveu por unanimidade: 1.º Consignar na acta a maior admiração e alto respeito pela memória do Dr. Almeida e Albuquerque; 2.º Que à «Rua de Belver» fôsse dado o nome de «Rua Dr. Luiz de Almeida e Albuquerque»; 3.º Oficiar à Escola Politécnica e ao Instituto Industrial e Commercial, declarando que a Câmara lamentava que as suas precárias condições económicas não lhe permitissem satisfazer tão nobres desejos de executar o busto, como haviam proposto, mas que estava disposta a auxiliá-lo fornecendo o pedestal para tal busto.

De tôdas estas resoluções a última, sem sabermos a razão, não foi levada a effeito, a-pesar do busto estar já concluído.

Em 1 de Junho dêsse mesmo ano, o *Jornal do Comércio* publicou um número especial, todo êle dedicado à memória de Almeida e Albuquerque, e que era encimado com o título *O Centenário de um Jornalista*. Nêle escreveram artigos, analisando tanto o homem como a sua obra: Maria Amália Vaz de Carvalho, António Cândido, Eduardo Burnay, Cristóvão Aires, Alfredo da Cunha, Bento Carqueja, Áquiles Machado, Pedro José da Cunha, Magalhães Lima, Virgílio Machado, Emilio Dias, Rafael Ferreira, Alberto Bessa, L. F. Marrecas Ferreira, Pereira de Miranda, Rodrigo A. Pequito, Almeida Lima, J. A. Morêira de Almeida, J. Calvet de Magalhães, José António de Freitas e o vice-almirante José Cesário da Silva.



*Dr. Joaquim de Vasconcelos Gusmão*  
1837-1912

Bacharel em Direito. Par do Reino



Aquiles Machado, sendo seu discípulo aos 18 anos, encantado com a clareza de tão notável professor, publicou os apontamentos que tirara das suas prelecções.

Almeida e Albuquerque deixou impressa uma pequena obra, intitulada «Curso de Economia Política». É um trabalho didáctico de subido valor, traçado não para a conquista de louros, a que nunca se quis propor, mas a-fim-de prestar um grande serviço aos que estudam.

## DR. JOAQUIM DE VASCONCELOS GUSMÃO

Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra.

Tivemos a honra de o ter por professor. A sua principal característica era a simplicidade e clareza na exposição das suas lições, usando sempre duma palavra fácil, mas elegante. Aliava à sua elevada competência e profundos conhecimentos da sua especialidade, uma grande modéstia e uma extrema bondade.

Nasceu em 4 de Dezembro de 1837.

Precedendo concurso, foi nomeado por dois anos, lente substituto da 10.<sup>a</sup> Cadeira, Economia Política, da Escola Politécnica, por Decreto de 13 de Março de 1867, publicado no *Diário do Govêrno* n.º 76, de 4 de Abril do mesmo ano.

No dia seguinte, 5 de Abril, tomou o lugar de Secretário da Escola, começando logo, nêsse ano a reger, e com a maior competência, a sua cadeira, desde 11 de Abril a 11 de Junho.

Em Julho fez parte do júri dos concursos de habilitação.

No novo ano lectivo, desde 2 de Novembro de 1867 até 19 de Junho de 1868, occupou-se outra vez da regência da cadeira.

Em 1868 foi eleito deputado da Nação, tomando assento na Câmara em todos os anos seguintes até 1871, inclusivé.

Foi eleito para fazer parte da Junta Administrativa da Escola Politécnica em Janeiro de 1869, conservando-se nela até Dezembro de 1871.

Em Julho de 1870 fez novamente parte do júri dos concursos de habilitação.

Retomou a regência da sua cadeira no ano lectivo de 3 de Novembro de 1870 a 17 de Abril de 1871; voltando a regê-la de 2 de Novembro de 1872 a 18 de Abril de 1873.

Em Julho e Outubro de 1872 tornou a fazer parte do júri dos concursos de habilitação e desde 16 de Novembro de 1872 até 10 de Fevereiro de 1873, do júri dos concursos para o Magistério.

Depois dum ano de descanso, voltou à regência efectiva da sua cadeira desde 24 de Outubro de 1874 até 9 de Junho de 1875; e com outro ano de intervalo, regeu-a, novamente, de 30 de Outubro de 1876 a 8 de Abril de 1877, e de 27 de Outubro de 1877 a 10 de Abril de 1878. Deste esta data assumiu completamente esta regência, que ficou a seu cargo até ao final da sua vida, em virtude do lente proprietário, prof. Albuquerque, ser dispensado dêsse serviço, pelo muito encargo que lhe trazia os afazeres inerentes à Direcção da Escola.

Em 2 de Novembro de 1877 apresentou um relatório, muito completo, do seu tirocínio, em obediência ao § 3.º do artigo 29.º da Lei de 22 de Junho de 1865.

Este relatório é manuscrito e tem 113 páginas, indicando as matérias professadas nas suas regências de 1866 a 1868. Conserva-se nos Arquivos da Faculdade de Ciências e constitui hoje um documento precioso da forma conscienciosa e completa como era ministrado, nêsse tempo, o ensino da Economia Política na Escola Politécnica.

Em 9 de Novembro de 1877 foi apresentada a consulta do Conselho da Escola para ser nomeado lente substituto efectivo. Esta nomeação foi levada a efeito por Decreto de 13 do mesmo mês e ano.

Fez parte do júri do concurso para o Magistério de 20 de Novembro de 1877 a 25 de Fevereiro de 1878.

Em 1880 e 1881 tomou assento, novamente, como deputado, na Câmara Electiva.

Em 12 de Março de 1881 foi elevado a Par do Reino, passando a fazer parte da Câmara Alta.

Por decreto de 26 de Maio de 1887 foi agraciado com o têrço do ordenado.



*Dr. Afonso Augusto da Costa*

Doutor em Direito. Estadista





Tendo falecido o lente proprietário, prof. Albuquerque, em 1906, foi proposto pelo Conselho da Escola, o prof. Gusmão para professor proprietário da sua cadeira em 6 de Março desse mesmo ano, sendo a sua nomeação levada a efeito por Decreto de 5 de Abril seguinte.

Neste lugar continuou honrando as elevadas tradições desta cadeira.

Em 18 de Janeiro de 1912 faleceu em Lisboa este ilustre professor e homem de bem, deixando viúva D. Alini de Albuquerque Vasconcelos Gusmão, filha do prof. Albuquerque e a saúde em todos os que com êle privaram.

## DR. AFONSO AUGUSTO DA COSTA

Foi este ilustre estadista, o último professor de Economia Política que teve a Escola Politécnica.

Foi curtíssima a sua passagem por este estabelecimento de ensino, devido a ter sido nomeado seu professor, no último ano antes de êle passar à Faculdade de Ciências e por, infelizmente, ter sido banida pouco depois a cadeira de Economia Política do plano de estudos desta Faculdade.

Por esta circunstância e ainda, e principalmente, por ser muito conhecida a biografia de tão popular político, seremos breves na sua descrição.

Natural de Ceia, onde nasceu em 6 de Março de 1871; concluiu com grande distinção o seu curso de Direito na Faculdade da Universidade de Coimbra, em 1895, onde, depois de receber o grau de bacharel, se doutorou.

Como dissertação para a sua licenciatura escreveu, em 1894: «*Os peritos no processo criminal. Legislação portuguesa. Crítica. Reformas*».

Em 1895 a dissertação inaugural que escreveu em Coimbra para o acto de Conclusões Magnas na Faculdade, tornou-se célebre: «*A Igreja e a Questão Social*».

Neste mesmo ano escreveu as suas «*Teses selectas de Direito*».



Concorrendo ao lugar de lente da 15.<sup>a</sup> Cadeira da sua Faculdade, escreveu em 1895 para sua dissertação outra peça notável: «*Comentários ao Código Penal Português. Escolas e princípios de Criminologia Moderna*».

Tendo sido brilhante nas suas provas neste concurso, foi nomeado lente catedrático da 15.<sup>a</sup> cadeira da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 4 de Janeiro de 1896.

O seu nome tornou-se, em breve, conhecido e popular em todo o Portugal, não só pela forma brilhante como fizera o seu curso, como pelas suas lições magistrais de professor, e ainda como conhecedor perfeito da sua técnica de advogado, e ainda, e principalmente, por como orador caloroso e espontâneo, abraçar e defender com veemências as novas ideias Republicanas Democráticas.

Em 1900 tomou, pela primeira vez, assento no Parlamento, sendo eleito deputado pelo círculo do Pôrto.

Os seus discursos vibrantes ecoaram por todo o país.

Em 1906 escreveu conjuntamente com António José de Almeida as «*Cartas de Ouro*».

Em 1906 e 1907 voltou a fazer parte da Câmara Legislativa, sendo então eleito pelo círculo de Lisboa.

A sua energia e quasi violência tornaram-se célebres. Foi expulso da Câmara pela força armada na tarde de 20 de Novembro de 1907, por atacar o Decreto que legislara os adiantamentos e aumentara a lista civil.

Em 1908 sendo deputado por Lisboa proferiu nas sessões de 13 e 19 de Março, célebres discursos que mais tarde foram impressos sob o título: «*Atitude do partido Republicano no Novo Reinado. Necessidade da extinção do Juízo de Instrução Criminal*».

Neste mesmo ano, encontrando-se vago na Escola Politécnica o lugar de lente substituto da Cadeira de Economia Política, foi aberto o seu concurso em edital público no *Diário do Governo* n.º 118 de 26 de Maio.

A êsse concurso pensou imeditamente concorrer o fogoso deputado.

Em 1910 tinha sido novamente eleito deputado por Lisboa, mas não chegou a tomar posse por ter mudado o regime político

da Nação, da forma Monárquica para a Republicana, de 4 para 5 de Outubro.

Em 1911 foi um dos deputados mais votados para as Câmaras Constituintes, e fêz parte do Governo Provisório da República Portuguesa, na pasta dos Negócios da Justiça, trabalhando em extremo pela necessidade de redigir leis urgentes e precisas para a reorganização dos assuntos da sua pasta e para a consolidação do poder civil.

Nesta orientação publicou imensos Decretos com fôrça de Lei, que modificaram por completo a nossa situação social, tais como: o da Dissolução e Expulsão das Congregações Religiosas; o do Inquilinato; o da Protecção a menores; o do Divórcio; o dos Filhos ilegítimos; o do Registo Civil obrigatório; o da Separação da Igreja do Estado.

O Dr. Afonso Costa, a-pesar-dos extenuantes trabalhos e responsabilidades que o assoberbavam na gerência da sua pasta, e a-pesar-da função de lente catedrático, que podia exercer na Universidade de Coimbra de que era um dos mais brilhantes ornamentos, não quis desistir da sua primeira idéa de concorrer à Cadeira de Economia Política da Escola Politécnica e, nestas condições, apresentou-se, conjuntamente com os outros candidatos, Drs. Lino Neto e António Osório, ao respectivo concurso por provas públicas, que se realizou nêsse mesmo ano, apresentando como tese, um seu novo trabalho impresso: «*Estudos de Economia Nacional — O problema da Emigração*».

Houve quem censurasse esta attitude, mas depois de começadas as provas, tudo emudeceu, perante a forma brilhante como êle as prestou.

O Júri aprovou em votação unânime os três candidatos, em mérito absoluto, e por unanimidade, também, em mérito relativo, o Dr. Afonso Costa.

Esta decisão foi acolhida com entusiasmo por tôda a assistência e até pelos seus detractores, sendo assim o Dr. Afonso Costa nomeado lente substituto da 10.<sup>a</sup> Cadeira da Escola Politécnica por Decreto de 7 de Abril de 1911.

O Dr. Afonso Costa que pedira um prazo de 60 dias para tomar posse do seu novo lugar, viu-se obrigado pouco depois, a-pesar-de substituto, ao desempenho efectivo das suas funções de professor, em virtude de estar completamente impossibilitado de dar as suas aulas por se encontrar já gravemente doente e retido em casa havia meses, o proprietário da cadeira, prof. Gusmão.

Nestas circunstâncias, o Dr. Afonso Costa, tomou logo a regência da sua cadeira no ano lectivo 1911-1912, acumulando êste serviço com os imensos afazeres que o seu lugar de Ministro requeria, sendo a-pesar disso, notabilísimas as suas lições.

Tendo sido criada a Faculdade de Ciências da nova Universidade de Lisboa, o seu Conselho propôs para o Dr. Afonso Costa a sua promoção a professor extraordinário da Faculdade e pela vaga produzida pelo falecimento do professor proprietário, Dr. Gusmão, propôs a sua promoção a professor ordinário, sendo colocado nesta categoria por Decreto de 5 de Fevereiro de 1912.

Regeu o seu curso até à abertura do Congresso em 1912, sendo substituído no seu impedimento, durante o final dêsse ano lectivo pelo prof. Dr. Baltazar Machado da Cunha Osório, ilustre professor de Zoologia da mesma Faculdade.

O Conselho da Faculdade em sua sessão de 5 de Julho de 1913, lançou na acta um voto de sentimento pelo afastamento do Dr. Afonso Costa do Corpo Docente da Faculdade em virtude de, pela criação da Faculdade de Ciências Sociais e de Direito na Universidade de Lisboa, ter transitado para esta, a sua antiga Cadeira de Economia Política.

Em 1913 o Dr. Afonso Costa publicou num volume «*Les Finances portugaises. Des faits et des chiffres. Discours prononcés à Porto le 9 Novembre 1913*».

Mais tarde foi Ministro das Finanças e presidente do Govêrno.

Actualmente vive em Paris retirado completamente da actividade política.



*Composto e impresso durante  
o mês de Dezembro de 1936  
por JOÃO PINTO, L.da,  
Rua do Salitre, 190 - Lisboa*





\*1329645886\*

